



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2025.03.10.04
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.03.10.04

PREÂMBULO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS**, Inscrito no CNPJ Nº 07.670.821/0001-84, com sede à Rua Praça Anastácio Maia, 40 - Centro - Orós - CE - CEP 63.520-000, torna público que, realizará Contratação Direta por Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO DO ITEM**, nos termos artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, e Termo de Referência e seus anexos, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a manifestação de eventuais interessados em participar do presente processo em busca da administração obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA DO AVISO DE DISPENSA:	11/03/2025
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:	13/03/2025, até as 23:59h.
FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA:	As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail licitacao@oros.ce.gov.br , ou entregues, em original, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de ORÓS/CE (Centro Administrativo), localizado na Praça Anastácio Maia, 40 - Centro - Orós - CE - CEP 63.520-000, de acordo com o Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024.

1 – DO OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 – LRF, JUNTO A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ORÓS-CE.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 – Anexo I: Termo de Referência;
- 1.2.2 – Anexo II: Documentação da empresa a ser contratada;
- 1.2.3 – Anexo III: Minuta da Proposta;
- 1.2.4 – Anexo IV: Minuta do Contrato.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:



2.1 A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de proposta de preços e documentos de habilitação pelo link disponível no site da Prefeitura Municipal de ORÓS, na aba Transparência, em seguida nos botões: "Licitações" -> "Dispensas e Inexigibilidade", o envio será pelo e-mail <licitacao@oros.ce.gov.br>.

2.1.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.1.2. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.1.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.1.4. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.1.5. As Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:

a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;

c. CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas;

d. Inidôneos - Licitantes Inidôneos junto ao TCU;

2.2 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela



aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
2.2.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.4. sociedades cooperativas.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo, para exercício de 2024, na classificação:

a) **SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA:**

0701.23.122.0021.2.027.0000 - Gestão Administrativa e Incremento do Turismo.

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte 1500000000;

4 – DO VALOR ESTIMADO:

4.1.1 - O valor global estimado para contratação será de **R\$ 31.650,00 (TRINTA E UM MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)**, dividido em 12 (DOZE) meses, ou seja, **12 (vezes) de R\$ 2.925,00 (DOIS MIL E NOVECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO MÊS 12 DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL, ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 - LRF. CONTROLE E PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA A FIM DE PREVER POSSÍVEIS DÉFICIT OU SUPERÁVIT DA ARRECAÇÃO EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO, O QUAL DISPÕE QUE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA DESPESA, DEVERÁ HAVER UMA RECEITA CORRESPONDENTE. CONTROLE E PROJEÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, CONFORME DETERMINA O ART. 35 DA LEI Nº 4.320/64. ACOMPANHAR A MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS A FIM DE CUMPRIR A PREVISÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. FAZER A ACOMPANHAMENTO, PROJEÇÃO E CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL, A FIM DE ATENDER A PREVISÃO CONTIDA NO ART. 19 DA LEI Nº 101/2000. LEVANTAMENTO E CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. LEVANTAMENTO E CONTROLE DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. BENEFÍCIOS: PROPICIAM INSUMOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO, DIAGNÓSTICOS DO SETOR E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; MUNICIA DESPESAS E AMPLIA AS	MÊS	12	R\$ 2.925,00	R\$ 35.100,00



<p>PERSPECTIVAS PARA EXECUCAO DE NOVAS ATIVIDADES. FUNCIONALIDADES: DISPONIBILIZA A CONSULTA SOBRE AS RECEITAS TOTAIS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE A TRANSPARÊNCIA SOBRE OS GASTOS EXECUTADOS E OS PRÉ-PROGRAMADOS, VIABILIZANDO A TOMADA DE DECISÃO NO ATO DA DESPESA E/OU NO ATO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. POSSIBILITARÁ A TOMADA DE DECISÕES DE FORMA TEMPESTIVA, EFICIENTE E EFICAZ DA GESTÃO. O EQUILIBRIO FISCAL APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <p>1. ELABORAÇÃO DE PLANILHAS COM INFORMAÇÕES SOBRE:</p> <ul style="list-style-type: none">• RECEITAS X DESPESAS;• OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS;• CONTROLE DE CONTAS EXTRA ORCAMENTARIOS;• DESPESAS LICITADAS;• RECEITAS X DESPESAS PESSOAIS;• CALCULO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO;• ENDEVIDAMENTO X RESTOS A PAGAR;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA CONSELHOS, SE ASSIM SOLICITADOS;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CÂMARA MUNICIPAL, SE ASSIM SOLICITADOS;				
VALOR TOTAL: R\$ 31.650,00 (TRINTA E UM MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)				

5 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1 A presente ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, as propostas de preços e os respectivos documentos deverão ser encaminhadas pelo e-mail disponível: <licitacao@oros.ce.gov.br> no site da Prefeitura Municipal de ORÓS, na aba Transparência.

6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

- 6.1 Apresentada em original, por cópia simples ou sendo aceita a autenticação digital;
- 6.2 A proponente deverá apresentar documentos de habilitação junto a sua proposta de preços, na forma prevista no Anexo I – Termo de Referência.

7 – PROPOSTA DE PREÇO:

7.1. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela sua desclassificação.

7.1.1. O valor proposto pelas licitantes para execução dos serviços não poderá ultrapassar o valor do orçamento do Município previsto no item 4.1.1 do edital

7.1.2. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada ou digitada, devidamente assinada, rubricada em todas as suas páginas, devendo conter no mínimo:

- a) A indicação da razão social da licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da



licitação. São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para assinatura do contrato.

b) Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

c) As Propostas de Preços serão consideradas de acordo com os Anexos deste Edital, por ITEM, conforme o caso, expressa em Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições a manutenção dos serviços.

d) Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo o(a) Agente de Contratação(a) proceder às correções necessárias.

e) Deverão ser informados além dos preços unitários e totais, os seus respectivos valores por extenso.

f) A proposta de preços deverá ainda estar assinada por representante, legalmente constituído para tal fim;

g) A proposta de preços terá validade mínima de *60 (sessenta) dias*, a contar da data da abertura do envelope, sendo este considerado como válido, no caso de omissão.

h) As cotações de preços apresentadas inicialmente, terão caráter de propostas de preços e caso nenhuma proposta complementar com valor menor seja apresentada, aquela cotação com menor valor, será considerada a proposta vencedora.

7.1.3. Ocorrendo divergência na proposta entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e entre o algarismo e extenso, prevalecerá o extenso. Não será permitido alterar valor da proposta por erro, sendo o mesmo desclassificado.

7.1.4. Os preços constantes da proposta do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

7.1.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

7.1.6. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos serviços e as condições de participação, competição, julgamento e formalização da dispensa, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.1.7. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

1. contiver vícios insanáveis;



2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.1.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

1- For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

2- Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8 – DO JULGAMENTO

8.1. Encerrado o prazo para recebimentos das propostas de preços e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a que apresentou o menor preço, quanto à adequação do objeto, à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, bem como os documentos de habilitação apresentados.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, será declarada desclassificada e verificada pela ordem de classificação o segundo lugar e assim sucessivamente até a proposta atender a todas as condições do edital.

8.3. Em qualquer caso, concluída tal fase, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

8.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, conforme o caso.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9 – DO PAGAMENTO:

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente.

9.2 Forma de pagamento:

9.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2 O pagamento deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, e subdividida estabelecidas no artigo 141 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Poderá o Município revogar o presente processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

10.3. A anulação do presente procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no artigo 149 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência desta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, mediante solicitação do proponente e aceito pelo Município.

ORÓS/CE, 10 DE MARÇO DE 2025.


JOAO ANDRADE SANTANA
ORDENADOR DE DESPESAS DA
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 – LRF, JUNTO A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ORÓS-CE.

Mapa contendo o item, descrição, unidade de medidas e quantidades a serem licitadas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT
1	<p>SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO MÊS 12 DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL, ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 - LRF. CONTROLE E PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA A FIM DE PREVER POSSÍVEIS DÉFICIT OU SUPERÁVIT DA ARRECADAÇÃO EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO, O QUAL DISPÕE QUE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA DESPESA, DEVERÁ HAVER UMA RECEITA CORRESPONDENTE. CONTROLE E PROJEÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, CONFORME DETERMINA O ART. 35 DA LEI Nº 4.320/64. ACOMPANHAR A MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS A FIM DE CUMPRIR A PREVISÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. FAZER A ACOMPANHAMENTO, PROJEÇÃO E CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL, A FIM DE ATENDER A PREVISÃO CONTIDA NO ART. 19 DA LEI Nº 101/2000. LEVANTAMENTO E CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. LEVANTAMENTO E CONTROLE DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. BENEFÍCIOS: PROPICIAM INSUMOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO, DIAGNÓSTICOS DO SETOR E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; MUNICIA DESPESAS E AMPLIA AS PERSPECTIVAS PARA EXECUCAO DE NOVAS ATIVIDADES. FUNCIONALIDADES: DISPONIBILIZA A CONSULTA SOBRE AS RECEITAS TOTAIS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE A TRANSPARÊNCIA SOBRE OS GASTOS EXECUTADOS E OS PRÉ-PROGRAMADOS, VIABILIZANDO A TOMADA DE DECISÃO NO ATO DA DESPESA E/OU NO ATO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. POSSIBILITARÁ A TOMADA DE DECISÕES DE FORMA TEMPESTIVA, EFICIENTE E EFICAZ DA GESTÃO. O EQUILIBRIO FISCAL APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <p>1. ELABORAÇÃO DE PLANILHAS COM INFORMAÇÕES SOBRE:</p> <ul style="list-style-type: none">• RECEITAS X DESPESAS;• OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS;• CONTROLE DE CONTAS EXTRA ORCAMENTARIOS;• DESPESAS LICITADAS;• RECEITAS X DESPESAS PESSOAIS;• CALCULO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO;• ENDEVIDAMENTO X RESTOS A PAGAR;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA CONSELHOS, SE ASSIM SOLICITADOS;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CÂMARA MUNICIPAL, SE ASSIM SOLICITADOS;	MÊS	12



2. PROBLEMA RESUMIDO

Problema de falta de capacidade técnica para realizar o levantamento e processamento de dados necessários para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, na Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE.

3. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENSA PUBLICAÇÃO

O objeto de contratação pública descrito refere-se a serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados visando o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a Lei 14.133 de licitações, este objeto se enquadra na categoria de bens e serviços comuns.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados é fundamental para garantir o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impondo limites e regras rígidas para a gestão dos recursos públicos, é essencial contar com profissionais capacitados para realizar a análise e monitoramento das informações financeiras, garantindo a transparência e a eficiência na utilização dos recursos.

Além disso, a prestação desses serviços técnicos especializados contribuirá para a tomada de decisões mais assertivas e embasadas em dados concretos, permitindo à Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE atuar de forma mais estratégica e eficaz na gestão de suas finanças. Com o apoio de profissionais qualificados, será possível identificar possíveis desequilíbrios orçamentários e financeiros, adotando medidas preventivas e corretivas para garantir a sustentabilidade econômica do município e o cumprimento das obrigações legais estabelecidas pela LRF.

5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informamos que o objeto de contratação de serviços técnicos especializados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE ainda não está previsto no plano anual de contratações, em conformidade com a nova Lei de Licitações 14.133.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Capacidade técnica comprovada para realizar o levantamento e processamento de dados relacionados ao equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
2. Experiência prévia na prestação de serviços similares para órgãos públicos, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica.



3. Equipe técnica qualificada e especializada na área de controle fiscal e financeiro, com formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas.
4. Disponibilidade de recursos tecnológicos e infraestrutura adequados para a realização dos serviços, garantindo a segurança e confidencialidade dos dados.
5. Cumprimento das normas e regulamentos vigentes relacionados à contratação de serviços técnicos especializados, incluindo a Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).
6. Apresentação de proposta técnica e financeira detalhada, contemplando todas as etapas e atividades necessárias para o cumprimento do objeto da contratação, de acordo com as especificações do edital.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para a contratação de serviços técnicos especializados para controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE deve ser realizado de forma criteriosa, levando em consideração a complexidade e a importância da atividade a ser desenvolvida.

É fundamental identificar empresas especializadas na área de levantamento e processamento de dados, com experiência comprovada em projetos similares e capacidade técnica para atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, é importante avaliar a capacidade financeira das empresas interessadas, garantindo a segurança e a qualidade na prestação dos serviços. Dessa forma, a realização de um levantamento de mercado eficiente contribuirá para a seleção da melhor proposta e para o cumprimento dos objetivos da contratação pública, em conformidade com a legislação vigente.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para o objeto de contratação pública consiste na contratação de uma empresa especializada em levantamento e processamento de dados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A empresa contratada será responsável por realizar análises detalhadas dos dados financeiros da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF. Com isso, será possível garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE ITENS A SEREM CONTRATADOS E VALOR ESTIMADO

As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNT	V. TOTAL
------	-----------	-----	-----	--------	----------



1	<p>SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO MÊS 12 DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL, ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 - LRF. CONTROLE E PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA A FIM DE PREVER POSSÍVEIS DÉFICIT OU SUPERÁVIT DA ARRECADAÇÃO EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO, O QUAL DISPÕE QUE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA DESPESA, DEVERÁ HAVER UMA RECEITA CORRESPONDENTE. CONTROLE E PROJEÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, CONFORME DETERMINA O ART. 35 DA LEI Nº 4.320/64. ACOMPANHAR A MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS A FIM DE CUMPRIR A PREVISÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. FAZER A ACOMPANHAMENTO, PROJEÇÃO E CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL, A FIM DE ATENDER A PREVISÃO CONTIDA NO ART. 19 DA LEI Nº 101/2000. LEVANTAMENTO E CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. LEVANTAMENTO E CONTROLE DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO.</p> <p>BENEFÍCIOS: PROPICIAM INSUMOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO, DIAGNÓSTICOS DO SETOR E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; MUNICIA DESPESAS E AMPLIA AS PERSPECTIVAS PARA EXECUCAO DE NOVAS ATIVIDADES.</p> <p>FUNCIONALIDADES: DISPONIBILIZA A CONSULTA SOBRE AS RECEITAS TOTAIS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE A TRANSPARÊNCIA SOBRE OS GASTOS EXECUTADOS E OS PRÉ-PROGRAMADOS, VIABILIZANDO A TOMADA DE DECISÃO NO ATO DA DESPESA E/OU NO ATO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. POSSIBILITARÁ A TOMADA DE DECISÕES DE FORMA TEMPESTIVA, EFICIENTE E EFICAZ DA GESTÃO. O EQUILIBRIO FISCAL APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <p>1. ELABORAÇÃO DE PLANILHAS COM INFORMAÇÕES SOBRE:</p> <ul style="list-style-type: none">• RECEITAS X DESPESAS;• OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS;• CONTROLE DE CONTAS EXTRA ORCAMENTARIOS;• DESPESAS LICITADAS;• RECEITAS X DESPESAS PESSOAIS;• CALCULO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO;• ENDEVIDAMENTO X RESTOS A PAGAR;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA CONSELHOS, SE ASSIM SOLICITADOS;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CÂMARA MUNICIPAL, SE ASSIM SOLICITADOS;	MÊS	12	R\$ 2.637,50	R\$ 31.650,00
VALOR TOTAL: R\$ 31.650,00 (TRINTA E UM MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)					



O setor de compras competente após realização de pesquisas de preços com fornecedores por meio e-mail, banco de preço públicos praticados, sites, links da internet e coletas em loco constatou que o preço médio estimado global para esta contratação é de **R\$ 31.650,00 (TRINTA E UM MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)**.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em cumprimento aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE, não pode ser entregue de forma fracionada. A entrega dos serviços deve ser imediata após a contratação, garantindo assim a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo de contratação dos serviços técnicos especializados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE seguirá as fases estabelecidas pela Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil. Inicialmente, será elaborado o Documento de Formalização da Demanda (DFD), em seguida será realizada a Cotação para seleção dos prestadores de serviço e por fim será elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para detalhar as necessidades e especificações do serviço a ser contratado. Todo o processo será realizado de forma transparente e dentro dos parâmetros legais estabelecidos.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem como principal objetivo garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE. Com a realização desses serviços, espera-se obter informações precisas e atualizadas que possibilitem o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF, contribuindo para a sustentabilidade financeira do município e para a tomada de decisões estratégicas mais assertivas.

Além disso, a contratação desses serviços visa também aprimorar a capacidade de monitoramento e controle das despesas públicas, permitindo uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis e evitando possíveis desequilíbrios fiscais. Com a análise detalhada dos dados fornecidos pelos técnicos especializados, a Secretaria Municipal de Turismo de Orós poderá identificar possíveis irregularidades, corrigir distorções e adotar medidas preventivas para garantir a saúde financeira do município a longo prazo.

Por fim, a contratação desses serviços técnicos especializados também contribuirá para o fortalecimento da transparência e da prestação de contas à sociedade, demonstrando o compromisso da gestão municipal com a responsabilidade fiscal e a boa governança. Com informações confiáveis e atualizadas, a Secretaria Municipal de Turismo de Orós poderá prestar contas de forma mais clara e objetiva, promovendo a confiança dos cidadãos e aprimorando a qualidade dos serviços prestados à população.



13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação de serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro na Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE pode gerar impactos ambientais significativos. A coleta de dados pode envolver o uso de equipamentos eletrônicos que consomem energia e geram resíduos, além de demandar o uso de papel e outros materiais de escritório que podem resultar em desperdício e poluição.

Além disso, o processamento de dados pode requerer o uso de servidores e sistemas de armazenamento de dados que consomem energia e podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa. A realização de atividades de controle fiscal e financeiro também pode envolver deslocamentos de profissionais, o que gera emissões de poluentes atmosféricos e contribui para o aumento do tráfego de veículos na região.

Para mitigar os impactos ambientais gerados por essa contratação, é importante que a empresa contratada adote práticas sustentáveis em suas operações, como a utilização de tecnologias mais eficientes em termos energéticos, a redução do consumo de papel por meio da digitalização de documentos e a implementação de medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, como a compensação de carbono. Além disso, a Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE pode incentivar a adoção de práticas sustentáveis por parte da empresa contratada e promover a conscientização dos seus colaboradores sobre a importância da preservação ambiental.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão não é correlato e nem interdependente. A clareza na definição de relações entre objetos é fundamental.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Realizar um estudo detalhado das necessidades da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE em relação ao controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, de acordo com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
2. Elaborar um termo de referência claro e objetivo, contendo todas as especificações técnicas necessárias para a prestação dos serviços técnicos especializados de levantamento e processamento de dados.
3. Realizar um processo de seleção criterioso, com a devida publicidade e transparência, para a escolha da empresa prestadora dos serviços, garantindo a competitividade e a qualidade na contratação.
4. Capacitar os servidores da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, a fim de assegurar o correto acompanhamento e monitoramento das atividades contratadas.
5. Estabelecer mecanismos de controle e avaliação do cumprimento do contrato, com indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas pela empresa contratada.
6. Definir cláusulas contratuais claras e objetivas, que estabeleçam os direitos e deveres das partes envolvidas, bem como os critérios de pagamento e penalidades em caso de descumprimento.



7. Realizar uma análise minuciosa da capacidade técnica e financeira da empresa contratada, a fim de garantir a sua idoneidade e capacidade de execução dos serviços conforme o estabelecido no contrato.

8. Garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade, por meio da divulgação dos resultados obtidos com a contratação dos serviços técnicos especializados, demonstrando o efetivo controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro do município de Orós-CE.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação de serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em cumprimento aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), junto à Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE, é uma medida essencial para garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

A Lei 14.133 de licitações estabelece critérios e procedimentos para a contratação de serviços técnicos especializados, visando garantir a competitividade, a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos. Nesse sentido, a contratação desse objeto deve ser realizada por meio de um processo licitatório que assegure a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A contratação de serviços técnicos especializados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a LRF, é fundamental para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e o cumprimento das metas estabelecidas pela legislação. A correta execução desses serviços contribui para a melhoria da gestão fiscal, a prevenção do endividamento excessivo e o controle dos gastos públicos.

Além disso, a contratação de serviços técnicos especializados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a LRF, contribui para o fortalecimento da transparência e da accountability na gestão pública, permitindo o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária e financeira do município.

Portanto, a contratação desse objeto atende plenamente aos requisitos da Lei 14.133 de licitações, uma vez que visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, a transparência na gestão dos recursos públicos e o cumprimento das normas legais relacionadas ao equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante do objeto de contratação pública descrito, é possível concluir que a contratação de serviços técnicos especializados para o levantamento e processamento de dados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é adequada e essencial para a Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE. A necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas e garantir a transparência na gestão dos recursos financeiros torna imprescindível a contratação de profissionais capacitados para realizar o monitoramento e controle das despesas e receitas do município.



Além disso, a contratação de serviços técnicos especializados contribui para a eficiência na gestão dos recursos públicos, permitindo uma melhor tomada de decisões e o cumprimento das metas estabelecidas pela legislação vigente. A utilização de dados precisos e atualizados possibilita uma análise mais detalhada da situação financeira do município, auxiliando na identificação de possíveis desequilíbrios e na implementação de medidas corretivas para garantir a saúde financeira da administração pública.

Portanto, a contratação de serviços técnicos especializados para o controle do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Turismo de Orós-CE é fundamental para garantir a transparência, eficiência e legalidade na gestão dos recursos públicos, atendendo assim à necessidade a que se destina.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária vigente;
2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA: 0701.23.122.0021.2.027.0000 - Gestão Administrativa e Incremento do Turismo. Elemento: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte 1500000000;
3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento



ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA A SER CONTRATADA

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I) NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II) NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- III) NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;
- IV) NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: decreto de autorização expedido pelo órgão competente; os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação;
- V) NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais.
- VI) NO CASO DE COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- VII) Em se tratando de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- VIII) CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF, de Sócio Administrador ou do titular da empresa ou outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei.
- IX) CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF, de Sócio-Administrador ou do titular da empresa, ou presidente da cooperativa, conforme o caso;

REGULARIDADE FISCAL

- I) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- IV) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Federal** deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- V) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Estadual** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- VI) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Municipal** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.



VII). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;

VIII). Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

IX – Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. – ou seja, de que **não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas**, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

I. Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento executados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, conforme Termo de Referência, expedido por entidade pública ou privado, usuária do serviço em questão, comprovando que forneceu, satisfatoriamente, o objeto deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro/Agente de Contratação ou quem este indicar.

a) No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja execução ou entrega foram realizadas, sendo estes compatíveis com o Termo de Referência deste edital, conforme o caso.

b) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item I “a”, instrumento de nota fiscal e/ou contrato respectiva ao qual o atestado faz vinculação.

II Os atestos de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

III O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

IV Comprovação de a LICITANTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissionais de nível superior, devidamente registrados em suas entidades de classe, conforme equipe mínima exigida para a prestação dos serviços, a saber:

- 01 (um) contador (a) especializado em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria devidamente registrado em seu conselho apresentando assim seu comprovante de quitação e certificado de Especialização;

a) O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar permanentemente do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela referida unidade gestora:

A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:



- a) Para sócio, mediante a apresentação do contrato social ou estatuto social e aditivos, devidamente registrada junto ao órgão competente;
- b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente;
- c) Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação será atendida mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada;
- d) Se Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum.

QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRO

I) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, artigo 69, caput, inciso II;

II balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) Sociedades empresariais em geral: registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

b) Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76: registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) Sociedades simples: registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

OBS: Os documentos referidos no item III.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

III.3. Entende-se que a expressão “na forma da lei” constante no item III.2, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento do livro diário).

III.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.



III.5. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei.

III.6. Entende-se que a expressão "na forma da lei" constante no item III.5. engloba (conforme Acórdão 1153/2016 – Plenário – TCU), no mínimo:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) DRE – Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Termos de abertura e de encerramento;
- d) Recibo de entrega de escrituração contábil digital; (Para efeito o que determina o artigo 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018);

OBS¹: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (artigo 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).

III.7. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

III.8. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o artigo 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.

III.9. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira as empresas deverão apresentar o cálculo dos índices financeiros, devidamente registrados na Junta Comercial Competente, assinados pelo responsável legal e contador responsável pela sua elaboração, sendo qualificadas apenas as que forem consideradas solventes. Para isso serão utilizadas as seguintes definições e formulações: a boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (ILG), maior ou igual a um (>1), Solvência Geral (ISG), maior ou igual a um (>1) e Liquidez Corrente (ILC), maior ou igual a um (>1), cumulativamente, resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante}}$

III.9.1. JUSTIFICATIVA DA EXIGENCIA DOS INDICES CONTÁBEIS:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste período.

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo, sendo que:

Resultado da Liquidez Corrente:

-Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações.



-Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.
-Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.
c) O índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Para os três índices colacionados (ILG, ILC, SG), o resultado ">1" é recomendável à comprovação da boa situação financeira (o que demonstraria um equilíbrio nas contas da companhia), sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor, em tese, seria a condição da empresa. Mas há exceções.
>> Justifica-se tal exigência, tendo como base os meios técnicos, usuais e costumeiros de aplicabilidade destas fórmulas, e assim, ficando comprovado que a exigência dos índices se faz necessário ante a comprovação da capacidade econômico-financeira do (a) empresa (s) participante (s) na perspectiva de execução de um possível futuro contrato com a Administração Pública. Logo, entende-se que as exigências acima, atendem aos padrões de requisitos demandados neste edital, pois o atendimento quantas as taxas apresentadas demonstram, em tese, a saúde e a solidez financeira da participante, bem como foi calculado com base no Acórdão 5026/2010-Segunda Câmara-TCU | Relator: AUGUSTO SHERMAN.

III.9.2. Fica dispensada de apresentar Balanço Patrimonial Microempresas ou empresas de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, quando optante pelo Simples nacional/ME/EPP e apresentando comprovante dessa opção

III.10. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

III.10.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

DECLARAÇÕES

- I) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, emitida por um período de até 90 (noventa) dias, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal, ficando a licitante responsável por juntar a respectiva comprovação OU Declaração de responsabilidade do licitante para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu artigo 3º, podendo ser utilizado modelo próprio;
- II) Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no artigo 7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.



ANEXO III – MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE _____.

Ao setor de _____

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

Representante:

Cargo:

E-mail:

Tel:

Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto da Dispensa de Licitação nº _____, com o PREÇO GLOBAL de R\$ _____.

OBJETO: _____.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO MÊS 12 DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL, ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 - LRF. CONTROLE E PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA A FIM DE PREVER POSSÍVEIS DÉFICIT OU SUPERÁVIT DA ARRECADAÇÃO EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO, O QUAL DISPÕE QUE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA DESPESA, DEVERÁ HAVER UMA RECEITA CORRESPONDENTE. CONTROLE E PROJEÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, CONFORME DETERMINA O ART. 35 DA LEI Nº 4.320/64. ACOMPANHAR A MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS A FIM DE CUMPRIR A PREVISÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. FAZER A ACOMPANHAMENTO, PROJEÇÃO E CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL, A FIM DE ATENDER A PREVISÃO CONTIDA NO ART. 19 DA LEI Nº 101/2000. LEVANTAMENTO E CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. LEVANTAMENTO E CONTROLE DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. BENEFÍCIOS: PROPICIAM INSUMOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO, DIAGNÓSTICOS DO SETOR E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; MUNICIA DESPESAS E AMPLIA AS	MÊS	12		



<p>PERSPECTIVAS PARA EXECUCAO DE NOVAS ATIVIDADES. FUNCIONALIDADES: DISPONIBILIZA A CONSULTA SOBRE AS RECEITAS TOTAIS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE A TRANSPARÊNCIA SOBRE OS GASTOS EXECUTADOS E OS PRÉ-PROGRAMADOS, VIABILIZANDO A TOMADA DE DECISÃO NO ATO DA DESPESA E/OU NO ATO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. POSSIBILITARÁ A TOMADA DE DECISÕES DE FORMA TEMPESTIVA, EFICIENTE E EFICAZ DA GESTÃO. O EQUILIBRIO FISCAL APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <p>1. ELABORAÇÃO DE PLANILHAS COM INFORMAÇÕES SOBRE:</p> <ul style="list-style-type: none">• RECEITAS X DESPESAS;• OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS;• CONTROLE DE CONTAS EXTRA ORCAMENTARIOS;• DESPESAS LICITADAS;• RECEITAS X DESPESAS PESSOAIS;• CALCULO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO;• ENDEVIDAMENTO X RESTOS A PAGAR;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA CONSELHOS, SE ASSIM SOLICITADOS;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CÂMARA MUNICIPAL, SE ASSIM SOLICITADOS;				
VALOR TOTAL: R\$ ()				

Prazo de Início: Conforme Termo de Referência.

A proposta terá validade por 60 (sessenta) dias.

_____/CE, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.

Responsável Legal



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO
DO (A) E A
EMPRESA**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ORÓS, inscrito no CNPJ Nº 07.670.821/0001-84, com sede à Rua Praça Anastácio Maia, 40 - Centro - Orós - CE - CEP 63.520-000, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 – LRF, JUNTO A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ORÓS-CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.**

1.1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO MÊS 12 DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL, ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 - LRF. CONTROLE E PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA A FIM DE PREVER POSSÍVEIS DÉFICIT OU SUPERÁVIT DA ARRECADAÇÃO EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO, O QUAL DISPÕE QUE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA DESPESA, DEVERÁ HAVER UMA RECEITA CORRESPONDENTE. CONTROLE E PROJEÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, CONFORME DETERMINA O ART. 35 DA LEI Nº 4.320/64. ACOMPANHAR A MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS A FIM DE CUMPRIR A PREVISÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. FAZER A	MÊS	12		



<p>ACOMPANHAMENTO, PROJEÇÃO E CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL, A FIM DE ATENDER A PREVISÃO CONTIDA NO ART. 19 DA LEI N° 101/2000. LEVANTAMENTO E CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. LEVANTAMENTO E CONTROLE DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO, A FIM DE EVITAR INADIMPLÊNCIA OU O ENDIVIDAMENTO DO ENTE PÚBLICO. BENEFÍCIOS: PROPICIAM INSUMOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO, DIAGNÓSTICOS DO SETOR E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; MUNICIA DESPESAS E AMPLIA AS PERSPECTIVAS PARA EXECUCAO DE NOVAS ATIVIDADES. FUNCIONALIDADES: DISPONIBILIZA A CONSULTA SOBRE AS RECEITAS TOTAIS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE A TRANSPARÊNCIA SOBRE OS GASTOS EXECUTADOS E OS PRÉ-PROGRAMADOS, VIABILIZANDO A TOMADA DE DECISÃO NO ATO DA DESPESA E/OU NO ATO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. POSSIBILITARÁ A TOMADA DE DECISÕES DE FORMA TEMPESTIVA, EFICIENTE E EFICAZ DA GESTÃO. O EQUILIBRIO FISCAL APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <p>1. ELABORAÇÃO DE PLANILHAS COM INFORMAÇÕES SOBRE:</p> <ul style="list-style-type: none">• RECEITAS X DESPESAS;• OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS;• CONTROLE DE CONTAS EXTRA ORCAMENTARIOS;• DESPESAS LICITADAS;• RECEITAS X DESPESAS PESSOAIS;• CALCULO DE EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO;• ENDEVIDAMENTO X RESTOS A PAGAR;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA CONSELHOS, SE ASSIM SOLICITADOS;• RESUMO RECEITA E DESPESAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CÂMARA MUNICIPAL, SE ASSIM SOLICITADOS;				
VALOR TOTAL: R\$ ()				

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
3. A Proposta do Contratado; e
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. é vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.3. Justificamos a não adoção do Cartão de Pagamento previsto no artigo 75, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como meio preferencial para pagamento, haja vista a ausência de regulamentação municipal sobre a matéria, e pela ausência de operacionalização de tal sistemática pelas instituições financeiras legalmente estabelecidas na sede do município.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente.

5.3.2 Forma de pagamento:

5.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3.2.1.2 O pagamento deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, e subdividida estabelecidas no artigo 141 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento

5.4.1 O objeto contratado será recebido de forma provisória ou definitiva, nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4.1.1 Os prazos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo dos bens ou serviços contratados, bem como as condições específicas de execução e recebimento do objeto, deverão ser definidos no termo de referência, sendo que o início do prazo de recebimento definitivo contar-se-á do término do prazo de recebimento provisório.

5.4.1.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.4.1.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal de contrato ou equipe de fiscalização, por meio de relatório detalhado contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual deverá ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo, juntando documentos comprobatórios, quando for o caso;

5.4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.4.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.4.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.4.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos



valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.9.1 O prazo de validade;

5.4.9.2 A data da emissão;

5.4.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante.

5.4.9.4 O período respectivo de execução do contrato.

5.4.9.5 O valor a pagar; e

5.4.9.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

5.4.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

5.4.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do artigo 93, §2º, da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (artigo 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade junto aos sítios eletrônicos oficiais, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (artigo 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



9.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, artigo 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do artigo 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, da Lei);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º, da Lei);



iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei)

iv. **Multa:**

iv.1. moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dias) dias;

iv.2. moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

iv.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

iv.4. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iv.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (artigo 156, §9º)

iv.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º).

iv.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157)

iv.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º).

iv.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do artigo 158 da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, §1º):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3. Os atos previstos como infrações administrativas na inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159)

11.4. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do



mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160)

11.5. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (artigo 161).

11.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal vigente deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

a. DOTAÇÃO: 0701.23.122.0021.2.027.0000 - Gestão Administrativa e Incremento do Turismo;

b. ELEMENTO DE DESPESA: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

c. FONTE DE RECURSO: 1.500.0000.00 – Recursos não vinculados de impostos.

2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS



14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes

15.4. de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

17.1. A Gestão/Fiscalização do Contrato será exercida pela respectiva secretaria ou quem está designar, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca do Município de ORÓS-CE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, §1º da inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ORÓS/CE, de..... de 20.....

.....
SECRETARIA de
CONTRATANTE

Nome do Representante da Empresa
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS - A Prefeitura Municipal de ORÓS-Ce, através da **SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**, na forma que indica o art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024, torna público a necessidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2025.03.10.04**, cujo o objeto é a **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 – LRF, JUNTO A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ORÓS-CE**, conforme especificações contidas no termo de referência. Os interessados poderão apresentar proposta de preços, na forma regimental, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso - **PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS** de 11/03/2025 até 13/03/2025. As propostas poderão ser entregues, em original, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de ORÓS/CE(Centro Administrativo), localizado na Rua Praça Anastácio Maia, 40 - Centro - Orós - CE - CEP 63.520-000, ou enviadas por e-mail, devidamente assinadas e digitalizadas, no formato PDF, para o seguinte endereço eletrônico: licitacao@oros.ce.gov.br, tudo conforme Termo de Referência disponível no site: <https://www.oros.ce.gov.br/>. **ORÓS/CE, 10 DE MARÇO DE 2025. JOSÉ KLÉRISTON MEDEIROS MONTE JUNIOR - AGENTE DE CONTRATAÇÃO.**

ORÓS/CE, 10 DE MARÇO DE 2025.

JOSÉ KLÉRISTON MEDEIROS MONTE JUNIOR
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 2025.03.10.04

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS - A Prefeitura Municipal de ORÓS-Ce, através da **SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**, na forma que indica o art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 138/2024, de 14/05/2024, torna público a necessidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2025.03.10.04**, cujo o objeto é a **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O CONTROLE DO EQUILÍBRIO FISCAL ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 101/2000 – LRF, JUNTO A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ORÓS-CE**, conforme especificações contidas no termo de referência. Os interessados poderão apresentar proposta de preços, na forma regimental, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso - **PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS** de 11/03/2025 até 13/03/2025. As propostas poderão ser entregues, em original, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de ORÓS/CE(Centro Administrativo), localizado na Rua Praça Anastácio Maia, 40 - Centro - Orós - CE - CEP 63.520-000, ou enviadas por e-mail, devidamente assinadas e digitalizadas, no formato PDF, para o seguinte endereço eletrônico: licitacao@oros.ce.gov.br, tudo conforme Termo de Referência disponível no site: <https://www.oros.ce.gov.br/>. **ORÓS/CE, 10 DE MARÇO DE 2025.**
JOSÉ KLÉRISTON MEDEIROS MONTE JUNIOR - AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

ORÓS/CE, 10 DE MARÇO DE 2025.

JOSÉ KLÉRISTON MEDEIROS MONTE JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Kleriston Medeiros Monte Junior
Código Identificador:353B6906

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará no dia 11/03/2025. Edição 3668
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/aprece/>

